

ATA nº 17: Comité Executivo

Segunda-feira, 29 de março de 2021

12:30 – 16:00 (hora local) Duração: 3 horas 30 minutos

Videokonferência a partir da sede do CC RUP, Praia da Vitória
Portugal

Introdução. Natureza da reunião

O Comité Executivo do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas – CC RUP reuniu-se pela primeira vez neste ano, em sessão fechada por videoconferência, através da plataforma *Zoom*, com interpretação simultânea em português, francês e espanhol, às doze (12) horas e trinta (30) minutos, hora local, no dia vinte e nove (29) de março de 2021.

1. Abertura da reunião

O Sr. David Pavón (Presidente do Comité Executivo e representante da *Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias*) deu as boas-vindas a todos os participantes e agradeceu a sua presença.

Procedeu-se à chamada de cada um dos membros presentes (ver anexo com *lista de participantes*), para registo de presenças e teste ao bom funcionamento do sistema de videoconferência e interpretação. Informou-se que a reunião seria gravada para efeitos de elaboração de ata e deu-se instruções relativas à interpretação. Relembrou-se quais as regras de participação na reunião, nomeadamente, sempre que algum membro quisesse participar teria de pedir a palavra. Só os membros efetivos do Comité Executivo do CC RUP deveriam ter a sua câmara ligada. O microfone devia permanecer sempre desligado, exceto, quando fosse cedida a palavra ao participante.

2. Intervenção do Membro do Parlamento Europeu - Doutora Isabel Carvalhais

A Doutora Isabel Carvalhais começou por destacar a particular importância que devia ser dada às Regiões Ultraperiféricas (RUPs), nomeadamente, para mitigar problemas existentes. Referiu que o CC RUP é importante para que o processo político-jurídico e as regras estabelecidas pela União Europeia sejam mais eficazes. Continuou a sua intervenção afirmando que a pesca é um setor fundamental para a humanidade, pois

está diretamente relacionada com as questões alimentares. Relembrou que no início de março de 2021, a tomada de decisão do parlamento europeu relativamente ao Novo Regulamento de Controlo, foi aceite pela Comissão Europeia. Reforçou a importância das áreas marinhas protegidas, onde algumas artes de pesca mais sustentáveis poderiam até ser praticadas, contudo, enfatizou que estas áreas eram essenciais para a conservação dos recursos marinhos. Agradeceu o trabalho desenvolvido pelo CC RUP, referindo que esta organização era essencial para um bom desempenho do parlamento europeu e expressou a sua disponibilidade para nos apoiar.

3. Intervenção do Director das Pescas e Aquicultura do Governo Francês – M. Eric Banel

O Sr. Eric Banel destacou a importância do CC RUP, isto porque, uma vez que as Regiões Ultraperiféricas francesas estão muito distantes do centro da Europa, a compilação de dados sobre essas regiões irá permitir uma melhor eficácia na defesa dos seus interesses. Afirmou que as frotas de pesca artesanais são muito importantes para o setor da pesca e para a sustentabilidade do mesmo. Referiu que o governo francês tem conhecimento da existência de problemas relacionados com a pesca ilegal nas RUPs francesas e que está a tentar mitigar o problema. Informou que um dos objetivos é promover o desenvolvimento do setor aquícola, nas RUPs, tal como, minimizar os problemas do setor derivados da insularidade, por exemplo, como é o caso do transporte e fornecimento de mercadoria. Mostrou a sua disponibilidade e agradeceu o convite.

4. Intervenção da Secretária-Geral das Pescas do Governo Espanhol - Dña. Alicia Villauriz

A Sra. Alicia Villauriz destacou a importância que a Espanha atribui ao processo de regionalização para a gestão das pescas, especialmente no contexto das Regiões Ultraperiféricas. Mostrou o apoio da Espanha ao trabalho do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas, nomeadamente nos seus quatro grupos de trabalho: pelágicos, demersais e bentónicos, pesca INN (pesca ilegal, não declarada e não regulamentada) e aquicultura. Comentou que os diversos pareceres que se vão elaborando serão muito úteis para a Comissão Europeia compreender melhor os problemas de gestão, socioeconómicos e de conservação, relacionados com a pesca e a aquicultura nas RUPs. Referiu-se à situação das ilhas Canárias, que com 756 embarcações de pesca, ocupa o terceiro lugar

entre as comunidades autónomas espanholas e cuja maioria das embarcações são utilizadas para a prática de artes de pesca tradicionais e exclusivas das ilhas. As RUPs partilham um conjunto de condições específicas que advém da insularidade e afastamento dos territórios continentais, que de alguma forma definem a sua atividade piscatória e a necessidade de promover a sua pesca artesanal, assim como as suas artes de pesca características de cada região e a necessidade de promover os mercados locais. Mostrou a sua disponibilidade para nos apoiar e agradeceu o convite para estar presente nesta reunião.

5. Intervenção da Secretária de Estado das Pescas do Governo de Portugal – Dra. Teresa Coelho

A Dra. Teresa Coelho começou por enquadrar os objetivos dos Conselhos Consultivos, no âmbito da Política Comum de Pescas. Acrescentou que o CC RUP era o mais recente Conselho Consultivo criado e cujo objetivo era informar a Comissão Europeia e os Estados Membros sobre os problemas, desafios e boas práticas de gestão e conservação de recursos das RUPs. Comentou ainda que a pesca nas RUPs portuguesas é muito importante para Portugal, devido às capturas, o número de pescadores e embarcações envolvidas. Destacou as recomendações do ano 2019/20 do CC RUP relativamente à pertinência dos temas. Mostrou a sua disponibilidade para apoiar o CC RUP e agradeceu o convite para estar presente na reunião.

6. Análise das respostas da Comissão às quatro recomendações próprias adotadas em 2019/2020

O Sr. David Pavón informou que o Grupo de Trabalho dos Pelágicos é composto por uma grande parte dos membros do CC RUP e que a resposta da Comissão Europeia à recomendação do ano 2019/20 sobre os atuns tropicais, esteve de acordo com a opinião enviada. Relativamente à resposta da Comissão, à recomendação sobre a gestão de espécies cartilaginosas de águas profundas, realizada no âmbito do Grupo de Trabalho sobre a Pesca de Demersais e Bentónicos, os membros deste Comité referiram que as capturas dos tubarões de profundidade são inevitáveis, principalmente, na pesca com palangre. Comentou-se ainda que, atualmente, devido à legislação em vigor, as capturas acessórias de tubarões e profundidade têm que ser descartadas, não podendo ser comercializadas, contudo, decorriam projetos de investigação científica com o intuito de

utilizar essas capturas acessórias para compilar dados sobre o estado das unidades populacionais e as percentagens de captura acessória, por exemplo. Na resposta da Comissão à recomendação sobre a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, elaborada no âmbito do Grupo de Trabalho de Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada, concluiu-se que, tal como no novo Regulamento de Controlo, dever-se-iam obter dados sobre as capturas da pesca lúdica. Discutiu-se a importância de distinguir a pesca lúdica da pesca ilegal e mitigar a competição desleal entre a pesca lúdica e a pesca comercial. Referiu-se o facto de, nas RUPs, e particularmente na Guiana Francesa, ser necessário enquadrar o conceito da pesca de subsistência comunitária: pesca realizada pelos povos indígenas para obtenção de alimento para a sua comunidade. Relativamente à resposta da Comissão Europeia, à recomendação sobre os apoios ao setor aquícola, no âmbito do Grupo de Trabalho de Aquicultura, considerou-se que é fundamental manter os apoios dos fundos europeus à aquicultura e haver uma análise crítica sobre a eficácia desses mesmos apoios, nas diferentes RUPs.

A Sra. Mercedes García (*Asociación Tinerfeña de Amigos de la Naturaleza*) questionou se nas Canárias, nomeadamente, na *Gran Canaria*, em *Tenerife* e em *Las Palmas*, ainda se praticava o tresmalho, pois segundo um estudo recente, haviam capturas significativas de tubarão-anjo (*Squatina squatina*) e questionou sobre a possibilidade de evitar essa arte de pesca, ao que lhe foi esclarecido pelo Sr. Carmelo Dorta Morales (Director General das Pescas das Canárias) que, nas Canárias, o tresmalho é pouco utilizado, tendo apenas mais representatividade na ilha de Tenerife, ao contrário das redes de emalhar de profundidade (*cazonal*). Confirmou que, existem capturas acidentais de tubarão-anjo (*Squatina squatina*), resultantes da pesca por tresmalho. Adiantou que, segundo estudos científicos, caso o tresmalho seja utilizado durante quatro horas no máximo, é possível libertar os tubarões-anjo (*Squatina squatina*) de volta ao seu habitat, sem que os mesmos morram. Acrescentou que, atualmente, se pretende melhorar o sistema de controle e obter dados sobre a geolocalização e o tempo de utilização dessa arte de pesca (número de horas) e garantir o seu bom uso e gestão dos recursos.

O Sr. Georges-Michel Karam (*Comité Régional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de Guyane*) informou que alguns pescadores da Guiana Francesa colocaram boias passíveis de serem localizadas via satélite, nas suas redes de pesca e que

as mesmas são roubadas por pescadores ilegais. Informou que a pesca ilegal continua a ser um problema, nomeadamente para os recursos marinhos (mamíferos e tartarugas marinhas). Relembrou que já foram enviados alguns pedidos de apoio por parte da Guyana Francesa para o Governo Francês, inclusive o pedido de pesca experimental de espécies pelágicas, ao longo da costa da região, e que ainda não tinham obtido resposta.

O Sr. Gualberto Rita (*Federação das Pescas dos Açores*) referiu que era necessária uma maior aproximação entre os Estados Membros e as Regiões Ultraperiféricas e clarificar o conceito de pesca artesanal, pois pode ajudar na tomada de decisões relacionadas com as RUPs. A arqueação e potência dos motores das embarcações, no caso das embarcações das RUPs, significa, essencialmente, uma maior segurança marítima e não um aumento do esforço de pesca.

A Sra. Teresa Coelho agradeceu a intervenção do Sr. Gualberto Rita e mencionou que teriam em consideração esta necessidade de uma maior proximidade entre o Estado Membro e as Regiões Ultraperiféricas.

A Sra. Mercedes Garcia questionou se seria possível haver redistribuição da arqueação e potência das RUPs. Apresentou um documento sobre a capacidade pesqueira das frotas das RUPs e propôs que a questão fosse redigida no âmbito do Comité Executivo do CC RUP e dirigida à Comissão Europeia.

A Sra. Yaiza Londoño (*International Pole & Line Foundation*) referiu que apesar da resposta da Comissão Europeia à recomendação sobre as espécies pelágicas, ter estado de acordo com a opinião enviada, era necessário continuar a abordar os temas. Relembrou a criação dos Grupos de Foco 1 e 2, para debater temas relacionados com as próximas reuniões da Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (ICCAT).

7. Informações sobre a participação do CC RUP em reuniões

O Sr. David Pavón informou que para além das reuniões internas, o CC RUP participou como observador, em reuniões da Comissão Europeia e com outros Conselhos Consultivos.

8. Informações administrativas

O Sr. David Pavón referiu que as atas do Comité Executivo do ano 2019/20 foram aprovadas no dia 22 de março de 2020, por via eletrónica e que estão disponíveis no site do CC RUP. Solicitou que quando houvesse intenção de trocar o representante das organizações nas reuniões, se enviasse com a maior antecedência possível esta informação ao secretariado. Informou que este ano o orçamento aprovado pela Comissão Europeia fora reduzido devido à pandemia e consequente restrição de reuniões presenciais, pois provavelmente só iremos conseguir fazer uma reunião presencial, contudo para o próximo ano o apoio financeiro seria maior. Informou ainda que esta informação estava disponível no nosso *website*. Solicitou por fim que tivessem em conta todos os prazos estipulados pelo secretariado e que tentassem cumpri-los.

9. Proposta de um membro representante dos Outros Grupos de Interesse, como vice-presidente honorário 2020/24 do Comité Executivo

De acordo com os estatutos do CC RUP, o Comité Executivo é composto por um presidente e dois vice-presidentes. Estes três membros pertencem ao setor de pesca e cada um tem sede em cada um dos Estados-Membros interessados: Portugal, França e Espanha. Posto isto, propôs-se que o Comité Executivo, no quadriénio 2020/24, tivesse um vice-presidente honorário representante dos Outros Grupos de Interesse. Proposta esta que foi aceite por consenso. Os representantes dos Outros Grupos de Interesse, nomearam a *International Pole & Line Foundation* para vice-presidente honorário do CC RUP, por consenso.

10. Ponto de situação sobre os membros

O Sr. David Pavón informou que o CC RUP tinha dezasseis novos membros e nomeou-os:

- ✓ Associação dos Produtores de Amêijoa da Fajã da Caldeira de Santo Cristo
- ✓ Asociación de Constructores Navales y Carpinteros de Ribera de Canarias
- ✓ Associação Sete Mares dos Açores
- ✓ Associação de Apanhadores do Pico
- ✓ Associação de Armadores de Pesca Artesanal do Pico
- ✓ Associação de Pescadores da Ilha do Corvo

- ✓ Associação de Pescadores da Lagoa - Bom Porto
- ✓ Associação de Pescadores Graciosenses
- ✓ Associação de Pescas de Rabo de Peixe
- ✓ Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores
- ✓ Associação Terceirense de Armadores
- ✓ Cooperativa de Economia Solidária dos Pescadores da Ribeira Quente,
C.R.L.
- ✓ Federación Nacional de Cofradías de Pescadores
- ✓ Federación Provincial de Cofradías de Pescadores de Santa Cruz de
Tenerife
- ✓ TEIDETUNA, A.I.E.
- ✓ Lotaçor - Serviço de Lotas dos Açores, SA

O Sr. David Pavón lembrou ainda que todos os membros são considerados como membros não efetivos a partir do momento em que a sua candidatura é aprovada pelo Estado Membro e só são considerados membros efetivos, com plenos direitos, após pagamento da quota anual.

11. Estabelecimento de prazos para aprovação de documentos

O Sr. David Pavón propôs que, tendo em conta, os prazos das tarefas administrativas, como por exemplo a tradução de documentos, a aprovação de documentos por parte do Comité Executivo poderia ter um prazo de dez dias úteis e, excepcionalmente, em casos urgentes, um prazo de quarenta e oito horas. Esta proposta foi aprovada por consenso.

12. Outros assuntos

O Sr. David Pavón referiu que seria importante o CC RUP participar como observador nas reuniões da Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico (ICCAT), Comissão do Atum do Oceano Índico (IOTC), Comissão das Pescas do Atlântico Centro-Leste (CECAF) e Comissão das Pescas do Atlântico Centro-Oeste (WECAF). Opinião esta que foi bem aceite e o secretariado ficou de averiguar junto da Comissão Europeia qual o procedimento para viabilizar esta participação.

Relembrou todos os membros do Comité Executivo que, por motivos legais (registo do Beneficiário Efetivo), era necessário enviar a digitalização do cartão de cidadão dos representantes das suas organizações, como fora solicitado por email no dia vinte e seis (26) de março de dois mil e vinte e um (2021).

Abordou o facto de haver necessidade de criarem Grupos de Foco para abordar temas transversais: reuniões do ICCAT, conceito de pesca artesanal e pesca de subsistência; a arqueação e a potência dos motores das embarcações das RUPs vs. o esforço de pesca e a compilação de dados sobre a pesca lúdica e um melhor controlo da mesma, para evitar competência desleal com a pesca comercial. Decidiu-se por consenso estabelecer-se um terceiro grupo de foco e, como para cada um deles é necessário que uma organização redija um rascunho inicial para discussão, deixou à consideração dos membros a apresentação de voluntários para o fazer. O Sr. Georges-Michel Karam informou que concordava com os temas dos grupos de focos e que gostaria de participar.

A Sra. Mercedes García mostrou um documento sobre a capacidade pesqueira da frota das RUPs da União Europeia, baseado no Anexo II do Regulamento 1380/2013, da Política Comum de Pescas e propôs que fosse elaborada uma carta à Comissão Europeia onde se questionasse a possibilidade da atribuição da capacidade excedentária ser regulada pelos Estados Membros, em termos de arqueação e potência, para a melhorar a segurança marítima das embarcações de pesca existentes nas RUPs. Proposta esta que foi aceite.

Os membros indicaram quais os Grupos de Foco em que gostariam de participar e os três membros responsáveis por elaborar um rascunho sobre as recomendações no âmbito dos Grupos de Foco, voluntariaram-se, sendo aceites.

O Sr. David Pavón propôs que no dia doze (12) de maio de dois mil e vinte e um (2021) fossem entregues os rascunhos das recomendações do Grupo de Foco 3 e que no dia vinte e seis (26) de maio de dois mil e vinte e um (2021) houvesse uma reunião deste Grupo. Esta proposta foi aceite, por consenso.

Não havendo mais questões, nem pedidos de palavra, o Sr. David Pavón deu a reunião por encerrada.

Os membros despediram-se de forma amistosa.

Conclusões/recomendações/conclusões

Os pontos propostos em agenda foram cumpridos.

Próxima reunião e pontos de agenda

A próxima reunião do Comité Executivo será agendada pelo Presidente do Comité Executivo em coordenação com o Secretariado, no decorrer do ano 2020/21, cujo local, data e hora serão divulgadas pelo Secretariado, por escrito aos membros e a ordem de trabalho inserida no nosso website.

N/D

Lista de participantes

Membro	Representante
Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores	Paulo Ávila
Associação Regional de Pesca Lúdica dos Açores	João Freitas
Asociación Tinerfeña de Amigos de la Naturaleza	Mercedes García
Chambre de l’Agriculture, de la Pêche et de l’Aquaculture de Mayotte	Charif ABDALLAH
Comité National des Pêches Maritimes et des Élevages Marins	Anaïs Mourtada
Coopescamadeira	Lisandra Sousa
Comité Régional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de Guyane	Georges-Michel Karam
Federação das Pescas dos Açores	Gualberto Rita
Federación Provincial de Cofradías de Pescadores de la Las Palmas	Juan Verdú

Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias	David Pavón
Internacional Pole & Line Foundation	Yaiza Londoño
Mutua dos Pescadores	João Delgado
Sciaena	Gonçalo Carvalho
Optuna 42	Aquilino Arrocha

Entidade	Convidado
Parlamento Europeu	Isabel Carvalhais
Governo francês	Eric Banel
Governo Português	Teresa Coelho
Governo espanhol	Héctor Villa González
Governo espanhol	Allicia Villaruz

Governo das Canárias	Alvaro Argany
Governo das Canárias	Carmelo Dorta Morales
Parlamento Europeu	Rogério Ferraz

Entidade	Observador
Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias	Nicolas Arzola
Ilhas em Rede	Lurdes Batista